

# "European Consumer Summit 2013": Prioridades Destacadas na Sessão Ministerial



Aspecto da mesa durante a "Sessão Ministerial" (da esq. para a dir.): Pilar Farjas Abadía, Secretária Geral de Saúde e Consumo do Ministério da Saúde, Serviços Sociais e Igualdade de Espanha; Bogdan Cristian Nica, Secretário de Estado e Presidente da Autoridade Nacional para a Protecção do Consumidor da Romênia; António Joaquim Almeida Henriques, à data Secretário de Estado do Ministério da Economia e do Emprego de Portugal; Benoît Hamon, Ministro Delegado Encarregue da Economia Social e Solidária da França; Rudolf Hundstorfer, Ministro dos Assuntos Sociais, Protecção do Consumidor e Assuntos Laborais da Áustria; Tonio Borg, Comissário Europeu para a Saúde e Defesa do Consumidor; Jacki Davis (jornalista que moderou o debate); Paulius Griciunas, Vice-Ministro da Justiça da Lituânia; Oscar Waglund Söderström, Secretário de Estado do Ministério para os Assuntos Europeus e as Questões do Consumidor e da Democracia da Suécia; Kjetil Andreas Ostling, Secretário de Estado do Ministério das Crianças, Igualdade e Inclusão Social da Noruega; Áron Márk Lenner, Subsecretário de Estado para a Economias Doméstica da Hungria; Zaiga Lepina, Subsecretária de Estado do Ministério da Economia da Letónia.

Sob a égide do Comissário Europeu para a Saúde e Defesa do Consumidor, Tonio Borg, realizou-se, nos dias 18 e 19 de Março de 2013, em Bruxelas, a "European Consumer Summit 2013" que contou com a participação de ministros e outros membros do governo de países da União Europeia (UE), incluindo Portugal, da Vice-Presidente da Comissão Europeia (CE), Viviane Reding, e de cerca de 450 parceiros representando associações de consumidores, associações empresariais, autoridades reguladoras e Centros Europeus do Consumidor de toda a UE (ver reportagem nas págs. 15 a 18 da Anamnesis nº 213 – Janeiro/Fevereiro/Março 2013).

Nesta sua edição 2013, a "European Consumer Summit" foi dedicada a uma reflexão estratégica sobre o reforço dos direitos dos consumidores na EU (melhorar a aplicação das regras e os mecanismos de reparação), um dos quatro objetivos principais da nova "Agenda do Consumidor Europeu", estabelecida em 22/05/2012; os outros três objetivos são: reforçar a segurança dos consumidores; promover o conhecimento dos consumidores; ajustar as políticas relativas ao consumidor à evolução da sociedade e garantir a sua relevância para a vida quotidiana (um resumo dessa "Agenda" foi publicado na pág. 23 da

Anamnesis nº 213 - Janeiro/Fevereiro/Março 2013 e a sua versão completa na página de Anamnesis no "Facebook" – procurar em: Anamnesis – Revista Médica).

O primeiro dia da Cimeira foi concluído com uma "Sessão Ministerial" em que Ministros, Secretários de Estado e altos funcionários de 13 Estados-Membros e da Noruega se juntaram ao Comissário Europeu para a Saúde e Defesa do Consumidor, Tonio Borg, num debate sobre as estratégias para reforçar os direitos dos consumidores no Mercado Único. Portugal esteve representado nesta sessão pelo Dr. António Joaquim Almeida

Henriques, à data Secretário de Estado do Ministério da Economia e do Emprego.

A questão central em debate foi a de como garantir uma resposta eficaz e eficiente, em termos de reforço dos direitos dos consumidores da EU, apesar da contínua pressão sobre os recursos públicos e a rápida evolução dos mercados de consumo impulsionada pelo aparecimento de novas tecnologias. No seu discurso de abertura da sessão, o Comissário Borg salientou a necessidade de encontrar formas de resposta às práticas nocivas de certos grandes operadores do mercado que alvejam simultaneamente consumidores em vários (se não em todos) os Estados-Membros. Também se referiu, neste contexto, à revisão em curso da "Consumer Protection Cooperation Regulation", que proporcionou a oportunidade de reforçar a capacidade de execução a nível dos direitos do consumidor na UE.

Durante a sessão foram destacadas as seguintes prioridades:

- Como a recente "crise da carne de cavalo" tem mostrado, uma deteção oportuna dos problemas, uma troca rápida de informações e uma forte cooperação entre as autoridades competentes e à Comissão Europeia (CE) são fundamentais para reforçar a resposta eficaz e contundente, em termos de defesa do consumidor, exigida por um Mercado Único que funcione bem. Em particular, isto aplica-se ao comércio *on-line*.
- As estruturas de colaboração existentes precisam de ser consolidadas e utilizadas no seu potencial máximo, incluindo opções para reforçar o papel de coordenação da CE neste contexto ou até mesmo para definir um novo papel da CE em situações em que outros mecanismos de cooperação não funcionem.
- A partilha de conhecimentos (por exemplo, através de "workshops", intercâmbios e outros projetos comuns), a partilha de recursos e o estabelecimento de prioridades comuns podem contribuir para aliviar as restrições de recursos públicos das autoridades responsáveis pelo reforço dos direitos do consumidor.
- Um esforço mais sistemático para informar as empresas/indústrias sobre a legislação de pro-

tecção ao consumidor, para lhes fornecer orientações e para as envolver nas actividades levadas a cabo pelas autoridades encorajará o cumprimento das leis e estimulará o comércio transfronteiriço. Os esforços para melhorar a rastreabilidade dos produtos irão reduzir ainda mais a possibilidade de não cumprimento da legislação de defesa do consumidor.



- Os executores da legislação de defesa do consumidor precisam de dedicar especial atenção à protecção dos interesses dos consumidores vulneráveis, por exemplo, dos consumidores sobre-endividados ou idosos. Devem ser exploradas opções para o estabelecimento de um mecanismo de compensação colectivo (europeu) - os consumidores esperam ser compensados pelos danos que lhes forem causados.
- A simplificação das regras de consumo e/ou uma compreensão comum do acervo do consumidor irá facilitar o reforço dos direitos do consumidor.
- Devem ser exploradas opções para garantir que as sanções para os operadores não cumpridores são estabelecidas tendo em conta o prejuízo económico causado e/ou o ganho esperado - não cumprir a lei não deverá ser rentável. ■

Reportagem e Fotografia: Carlos Pina e Brito

« Os produtos, serviços e canais de vendas estão a tornar-se cada vez mais sofisticados, e os consumidores são obrigados a fazer escolhas cada vez mais complexas. Em paralelo, as companhias pouco honestas podem disseminar práticas enganosas por toda a União Europeia e Espaço Económico Europeu, especialmente "on-line".

As entidades nacionais, responsáveis pelo reforço da aplicação das regras, são muitas vezes estrangidos por limites processuais e jurisdicionais e lutam para se manter a par da constante evolução do mercado. Para serem eficazes, essas entidades devem ter à sua disposição ferramentas e recursos adequados e modernos.

Também precisamos de inventar soluções mais custo-eficientes para reforço da aplicação das regras, com base na partilha de recursos e experiência a nível nacional e Europeu bem como em sinergias entre os reguladores centrais e sectoriais e com outros parceiros, como os consumidores e as associações empresariais. Espero que hoje possamos gerar algumas conclusões sólidas a este respeito.

Por exemplo, seria agora relevante analisar se a abordagem mais eficaz e económica para o reforço e melhoria de aplicação das regras a nível da União Europeia é considerar um novo tipo de capacidade de reforço dessa aplicação a nível comunitário ou antes fortalecer a coordenação das entidades empenhadas nesse reforço que já existem nos Estados-Membros. »

*Excerto do discurso de abertura do Comissário Europeu para a Saúde e Defesa do Consumidor, Tonio Borg, na "Sessão Ministerial". Este discurso foi publicado na íntegra nas págs. 16 a 17 da Anamnesis n.º 213 – Janeiro/Fevereiro/Março 2013.*